



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”

ATA

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA POR ATO DO PRESIDENTE Nº 58/2019, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2020.

Às 15 horas do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte, através do Sistema Eletrônico de Vídeo Conferência da Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instituída pelo Ato do Presidente de nº 58/2019, publicado no Diário do Poder Legislativo – DPL de nº 7.745 do dia 17 de maio de 2019, para apurar, debater e indicar política pública de enfrentamento ao feminicídio no Estado. Atendendo o Edital de Convocação publicado no DPL de nº 7.911 do dia 20 de abril de 2020, com o objetivo de discutir estratégias de fortalecimento da campanha “Mulher em Casa não fica Calada”, que visa unir esforços entre o Poder Legislativo, Executivo e Judiciário para reduzir os impactos sociais causados pela pandemia, amortecendo os índices de violência doméstica neste momento em que as mulheres encontram-se mais vulneráveis. Sob a Presidência da Deputada Cida Ramos, que declarou aberto os trabalhos, e concedeu a palavra a Senhora Graziela Queiroga, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que participou de reunião com coordenadores de violência doméstica de todo o país, que o Distrito Federal estão fazendo registros até de violência doméstica, que tem observado o aumento no número de violência, e que não vai admitir as quebras e des-

cumprimentos de medidas protetivas. A Deputada Camila Toscano perguntou a Senhora Graziela Queiroga se é possível fazer registro online. A Senhora Graziela Queiroga disse que os crimes que não deixam vestígios podem ser registrados online, e que no Distrito Federal, mesmo os casos de lesos corporais estão conseguindo fazer online. A Presidenta concedeu a palavra a Senhora Rosane Araújo, que cumprimentou todos, disse que a porta de entrada principal para registrar são as delegacias da mulher, que quando as denúncias chegam de forma virtual ou física, são encaminhadas via PJE para o judiciário, e que em torno de 48 horas será decretado uma medida. Afirmou que o Ministério Público nesse período de pandemia tem trabalhado de forma remota, que na DEAM de João Pessoa foram registrados duzentos e vinte pedidos, que o isolamento social horizontal é necessário, que hoje recebeu pedido de medida protetiva, e que no sistema de justiça, nenhuma instituição funciona sozinha. Informou que expirado o prazo de medida protetiva, entende que pode ser prorrogado a partir de pedido da mulher. Defendeu a participação de representante da Secretaria Estadual de Saúde, e afirmou que a violência doméstica já é uma pandemia global. A Presidenta informou que tem um representante da Secretaria Estadual de Saúde na reunião, e concedeu a palavra a Senhora Adélia de Moura, representante da Secretaria Estadual de Saúde, que cumprimentou todos, disse que toda a rede de saúde é porta de entrada para as mulheres vítimas de violência, que após o atendimento são encaminhadas para os serviços de referência, que no período entre 21 de março a 15 de abril, foram atendidas cinquenta e sete mulheres, que foram notificadas três tipos de violência, sendo a física, psicológica e sexual. Informou que a faixa etária vai de cinco a cinquenta e nove anos, que quarenta e sete eram mulheres negras, e que quatro das mulheres estavam gestantes. Informou que no mesmo período no ano de 2019, foram duzentos e quatro mulheres que procuraram o serviço, e que o período de isolamento social tem diminuído a busca do atendimento. Destacou que ainda há casos para serem lançados no sistema, que está tentando monitorar os serviços em relação a procura, e defendeu que a campanha é importante. A Presidenta destacou que as informações são assustadoras, por saber que gestantes estão sofrendo agressões físicas, e concedeu

a palavra a Senhora Lídia Moura, que cumprimentou todos, comunicou que a Senhora Monica Brandão não conseguiu participar da reunião, pois, está fazendo uma excursão para atendimento de uma mulher. A Senhora Izabelle Ramalho, representante da OAB, cumprimentou todos, disse que sente falta da participação da Defensoria Pública no debate, que registra o avanço da justiça da Paraíba no que se refere renovação das medidas protetivas, que ausência da Defensoria Pública no debate, talvez não consiga evoluir da forma devida. Defendeu a ampliação do acesso a justiça, informou que a OAB nacional enviou ofícios ao CNJ em relação a violência doméstica, que a Paraíba esta afrente em alguns pontos, que participou de conferência nacional, e a Paraíba foi mencionada a cerca da efetividade das medidas protetivas. Questionou como afastar o agressor do convívio domiciliar, quando este também não tem para onde ir, e que a mulher tem que ser prioridade. A Presidenta concedeu a palavra a Senhora Hildevania Macedo, que cumprimentou todos, defendeu a necessidade de assegurar o direito alimentar, monitorar o que tem sido feito fora de João Pessoa, e afirmou que as ações estão voltadas apenas para João Pessoa. Disse que os dados da Senhora Maisa, informam que houve redução nas denúncias. Defendeu a participação do Secretário de Comunicação do Estado e representante da Secretaria de Segurança Alimentar. Destacou que que a ONU mulheres afirmou que setenta por cento das mulheres são chefes de família. Disse que o Estado tem ação de distribuição de cesta básica, que isso resolve os problemas a curto prazo, que é necessário pensar em soluções de médio e longo prazo, que é necessário ações dos municípios, e que as trabalhadoras domesticas estão sentindo o impacto, assim como as quilombolas e mulheres em situação de rua. A Presidenta informou que concorda, e que pode convocar a FAMUPE, e concedeu a palavra a Senhora Carla Brandão, cumprimentou todos, falou que em alguns estados tem aumentado o número de registros, que está sendo elaborado uma nota a nível nacional, sobre o que seria os serviços essenciais para atendimento à mulher neste período de pandemia, que tem participado de discursão sobre o obrigação de denúncia, pelo fato de envolver o código de ética no que se refere ao sigilo. Informou que o conselho regional permanece trabalhando de forma remota. A Senhora Adriana Rosado, representante do conselho regional de serviço social, cumprimentou todos,

disse que a temática é muito importante no momento atual, e que o enfrento a violência é bandeira de luta do conselho. Falou que o trabalho está sendo remoto, mais todos estão atentos ao exercício profissional. A Presidenta defendeu a necessidade de erradicar a violência contra a mulher. A Deputada Doutra Paula, cumprimentou todos, afirmou que está lendo um livro sobre feminicídio, chamando invisibilidade mata. Realizou leitura de trecho do referido livro, destacando quais são as modalidades de casos que são considerados de feminicídio. Disse que o feminicídio deixa todos indignados, que a Lei Maria da Penha é considerada pela ONU como a lei mais completa contra a violência sobre a mulher. Parabenizou a Deputada Cida Ramos pelo pensionamento diante do tema e trabalho na Assembleia Legislativa. O Deputado Doutor Érico cumprimentou todos, disse que se coloca à disposição para construir uma sociedade mais justa. A Deputada Camila Toscano afirmou que fica muito feliz com a importância que da Rede na Assembleia. Disse que é bom saber que a justiça está trabalhando de forma remota, que no seu entendimento as medidas devem ser prorrogadas, que a pandemia mudou toda a forma de pensar, e que a CPI está junto com a comissão de direitos das mulheres. A Deputada Estela Bezerra cumprimentou todos, e destacou que a luta em defesa das mulheres conta com feministas em locais estratégicos, que muitas mulheres grávidas e amamentando são vítimas de seus parceiros, que apesar dos avanços, houve redução das portas de acesso, e que o Governo simbolicamente desqualifica as mulheres. Disse que precisa criar mecanismos que favoreça as mulheres saírem do isolamento, sugeriu criação de aplicativo, e defendeu a necessidade de inovar, para tirar as mulheres do isolamento social. A Senhora Lídia Moura, afirmou que o benefício assistencial da secretaria, conseguiu chegar a mais de quarenta cidades, que tem garantido muitas ações para a defesa da mulher, trabalhando com diversas parcerias. A Deputada Estela Bezerra falou que é necessário ampliar a forma das mulheres fazerem as denúncias, que foram reduzidas as portas de socorro das mulheres, e que tem apenas uma delegacia da mulher aberta. Questionou se a diminuição de mulheres atendidas nos serviços de saúde são por que não estão sendo agredidas. Destacou que mais forte que o Governo são as políticas públicas de estado. A Presidenta defendeu a necessidade unificar e aumentar a possibilidade das mulheres

fazerem as denúncias, fortalecer as campanhas, para demonstrar as mulheres que elas podem fazer as denúncias. Disse que em relação a interiorização, é importante, que ações municipais são importantes, e que é necessário encontrar mecanismo de atendimento à mulher no que se refere a saúde mental. A Senhora Lídia Moura falou a Secretaria da Mulher está a disposição para colaborar, e que possui uma equipe que está trabalhando todos os dias. A Deputada Estela Bezerra sugeriu que seja feito apelo para funcionamento dos conselhos tutelares, e que o gabinete de crise do Governo se torne um comitê, com participação de representantes da sociedade civil. Falou que já foi gestora, e quem não consegue receber críticas não pode exercer cargo público. A Presidenta informou que será elaborado um relatório, com todas as sugestões, e que já foi gestora, e sabe que as demandas são muitas. A Deputada Estela Bezerra destacou que comparando com os homens e adolescentes, as mulheres estão em maior grau de isolamento, e que as apenas estão fazendo mascarar. A Senhora Lídia Moura, disse que as apenas já estão produzindo mascarar. A Senhora Graziela Queiroga confirmou que as apenas estão produzindo mascarar, disse que é necessário ter cuidado para não lançar vários canais e várias formas. A Senhora Anadilza falou que a secretaria nacional foi extinta, que gastou em 2020 apenas 0,13% do orçamento, que não tem lançado edital, e sugeriu que a Assembleia Legislativa deve cobrar o gasto do orçamento que está parado. A Senhora Rafaela agradeceu a presença de todos, e afirmou que o relatório é importante, que o desafio é grande para fazer que ações aconteçam, e que será elaborado o relatório. A Deputada Estela Bezerra falou que é uma nova realidade, e que precisa crescer para criar mecanismos. A Senhora Maisa Araújo informou que em relação aos serviços online, caso não consiga realizar, será atendida de forma presencial, assim como quem não tem acesso a internet, pode procurar a delegacia. A Senhora Lídia Moura afirmou que são quatrocentos milhões, e a secretaria só executou 0,13%, e que amanhã acontecerá reunião com as secretarias estaduais. A Senhora Graziela Queiroga falou que é necessário construir pontes, sugeriu que possa juntar o relatório de risco da delegacia, e que os prazos das medidas protetivas sejam de no mínimo um ano. A Presidenta declarou encerrada a presente Reunião. Lavrando a presente Ata o redator Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo,

que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. 22 de abril de 2020.


Deputada Cida Ramos
Presidenta